



JUVENTUDE, POLÍTICA PÚBLICA E A IDEOLOGIA DO TRABALHO DECENTE

Ariovaldo De Oliveira Santos¹

Resumo

O desenvolvimento do capitalismo foi acompanhado pela construção do campo ideológico necessário de justificativa da exploração social. Em tempos recentes proliferaram, por exemplo, novas conceituações, tais como capital humano e empregabilidade. A elas somou-se, nos anos 2000, a de trabalho decente, produzido e difundido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e incorporado por diversos governos, inclusive o brasileiro, como referencial para a construção de políticas públicas, com particular enfoque na juventude. O artigo discute, de forma sintética, o quadro no qual se insere a expressão trabalho decente, as razões pelas quais a juventude apresenta-se como um de seus focos emergenciais bem como o caráter ideológico de que se reveste esta pretendida conceituação. A hipótese é de que, distante de tratar-se de uma conceituação de caráter científico, a expressão, na realidade, sofisticada o processo de mistificação do real caráter da sociabilidade capitalista e da relação trabalho assalariado e capital que a sustenta.

Palavras-chave : Questão social. Política pública. Juventude. Trabalho decente.

1 INTRODUÇÃO

O grupo etário definido como juventude tem sido alvo de uma série de iniciativas conduzidas pelo poder de Estado tanto no plano internacional quanto no caso brasileiro. Mais uma vez o Estado, como instância mediadora dos interesses do capital em sua fase monopolista, é evocado para aparar as arestas produzidas pelo movimento intensivo e expansivo do modo de produção capitalista.² As iniciativas que internacional e nacionalmente buscam se consolidar sob a forma de políticas sociais públicas para o conjunto definido como juventude busca abarcar, essencialmente, aqueles que estão na faixa etária contemplada pela Organização do Trabalho (OIT) e perseguem por objetivo, de um lado, resolver problemas como o acesso de um determinado conjunto de indivíduos, essencialmente aqueles oriundos das famílias de trabalhadores de baixos salários, ao primeiro emprego formal, complementando-se, a este intento, os esforços para reduzir a denominada “vulnerabilidade social”. No conjunto, isto é, seja visando capacitar para o primeiro emprego, seja investindo contra a expansão da “vulnerabilidade”, os esforços deixam nítidos os problemas vivenciados conjuntural e estruturalmente pelo capitalismo no período atual. Trata-se de um limite cada vez mais evidente nos quadros da mundialização do capital e o novo complexo que esta fase avançada do atual modo de produção fez surgir³ tanto no Brasil quanto em outros países, mesmo naqueles pertencentes ao grupo das economias capitalistas mais desenvolvidas. Quadro que aponta tanto para a degradação contínua do trabalho juvenil bem como, não menos importante, a reconstrução do campo ideológico necessário para tratar a questão, na

¹ arioliveira2001@yahoo.com.br - Universidade Estadual de Londrina.

² Seguimos aqui o referencial analítico sobre o capital monopolista proposto, entre outros, por Mandel, Ernest (O Capitalismo Tardio, S.P., Nova Cultural, 1998) e Netto, José Paulo (Capitalismo monopolista e Serviço Social, S.P., Cortez Editora, 2002).

³ A complexidade deste período foi exaustivamente discutida por François Chesnais, em seu livro La Mondialisation du Capital (Paris, Syros, 1995), como também nos estudos desenvolvidos por István Mészáros, dentre os quais destacamos Para Além do Capital (Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, S.P., 2002) razão pela qual não nos estenderemos, aqui, na exposição deste debate, limitando-se a fornecer as indicações bibliográficas necessárias).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

qual acaba por se sobressair, em tempos recentes, a ideologia do “trabalho decente”, aspectos que serão tratados no desenvolvimento deste artigo.

2 DESEMPREGO E IDEOLOGIA DO “TRABALHO DECENTE”

Os dados mundiais, que tentam medir a gravidade do problema nos países do capitalismo identificado como desenvolvido em relação àqueles que se pretendem enquanto tal, são marcantes. Assim, organismos oficiais calculam que, atualmente, o desemprego juvenil represente de 8% a 11% na Austrália, Alemanha, Japão, República da Coreia e México; de 15% a 18% na Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Federação Russa e Turquia; de 21% a 23% na França, Indonésia e Reino Unido; por fim, de 35% a 52% na Itália, Espanha e África do sul.

A dimensão assumida pelo problema se traduz nos resultados colhidos por recente relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no qual se aponta não apenas para a situação atual do emprego entre os jovens como, também, para as perspectivas futuras de uma inserção profissional (classificada como qualificada ou não), nas décadas futuras. Assim, de acordo com o OIT, estima-se que em 2019 quase 12,8 % de jovens integrarão as fileiras do desemprego ou, em linguagem marxiana, o exército industrial de reserva, anulando-se, desse modo, os avanços obtidos em anos anteriores, na economia mundial, em relação ao mercado de trabalho para este agrupamento populacional. Ainda, de acordo com o relatório, intitulado Tendências Mundiais do Emprego Juvenil em 2013 – Uma Geração em Perigo, “cerca de 73,4 milhões de jovens estariam desempregados durante aquele ano, o que, estatisticamente, representaria um aumento de 3,5 milhões de jovens desde 2007.

Ao quadro negativo somava-se a informação de que em países como Espanha e Grécia, mais da metade da população jovem economicamente ativa pertencem às fileiras do desemprego”.⁴ Por fim, nos países considerados desenvolvidos o número de NEET, isto é, jovens que não trabalham e nem estudam, também identificados como ni-ni, nos países de língua hispânica, correspondiam, de acordo com o relatório, a um em cada seis. E, reconhecendo que o quadro era pouco animador, alto diretor da OIT declarava, diante dos dados levantados: “É provável que estas consequências se agravem, e quanto mais prolongada a crise do desemprego juvenil, mais acarretará um custo econômico e social”.⁵

No caso da América Latina e Caribe a situação não se apresenta mais animadora. Ainda, segundo o relatório, “o forte crescimento econômico nesta região produziu melhoras na situação social e laboral, mas tudo parece indicar que os jovens não foram os mais beneficiados”. Além disso, o estudo também destaca que a situação dos denominados ni-ni nesta região “é tão preocupante como a de uma alta taxa de desemprego, pois até 19,8% estão nesta situação — o que os coloca em risco de exclusão social e laboral”. Por fim, “a maior parte dos jovens (51,7%) que não estudam nem trabalham na região disseram ocupar-se de tarefas domésticas, enquanto 23,1% disseram estar sem emprego e 25,2% declararam que não têm atividades por outros motivos”⁶.

Extrai-se, daqui um primeiro elemento para a reflexão. O desemprego juvenil se revela elevado não apenas em um conjunto significativo de países, mas, também, é possível observar que, o Brasil, inserido que está no circuito das economias globalizadas, participa diretamente das tendências negativas na dialética emprego-desemprego uma vez que impõe-se para a realização da acumulação e preservação das taxas elevadas de lucro de burguesia,

⁴ <http://www.onu.org.br/734-milhoes-de-jovens-desempregados-aponta-relatorio-da-oit/>. Acesso em 16 de julho de 2015.

⁵ <http://www.onu.org.br/734-milhoes-de-jovens-desempregados-aponta-relatorio-da-oit/>

⁶ <http://www.onu.org.br/734-milhoes-de-jovens-desempregados-aponta-relatorio-da-oit/>



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

no conjunto das nações capitalistas, o enxugamento contínuo da força de trabalho, restringindo, desta maneira, independentemente das vontades dos governantes de cada nação, as possibilidades de inserção dos jovens enquanto trabalhadores assalariados.

Diante deste quadro é compreensível a dura e crua constatação do então Diretor Geral da OIT, Guy Ryder, que em finais de 2012 declarou: “Sejamos realistas: sabemos que as perspectivas no mercado laboral não são nada brilhantes (...) Sabemos que quando os números do emprego em geral são negativos, a situação do emprego juvenil é ainda pior” (...) Devemos encontrar novos enfoques”⁷

Os dados anteriormente assinalados apontam para as dificuldades crescentes do modo de produção capitalista em produzir novos empregos, em todas as faixas etárias, sobretudo com o incremento das novas tecnologias em diversos ramos de atividade, além de tendências a concentrá-los em alguns setores. Fato que agrava as condições do mercado de trabalho para as antigas e novas gerações, impulsionando, por sua vez, a uma ampliação do terreno ideológico a respeito do caráter mesmo do trabalho assalariado⁸.

Assim, no debate sobre o mercado de trabalho, uma série de palavras, que se pretendem conceituais, adentraram ao terreno da explicação das dinâmicas do circuito emprego-desemprego, a fim de fornecerem um alento e “desafio” aos postulantes de um espaço ao sol no mundo da exploração assalariada. Produzidas exteriormente à realidade nacional, observe-se, no entanto, que o vocabulário na construção das políticas sociais públicas vai se apropriando das novas terminologias, integrando-as na busca de respostas aos problemas reais nascidos do movimento contraditório que atravessa o processo de mundialização do capital.

Em essência são construções ideológicas direcionadas a todos os postulantes a um emprego com atenção particular ao público mais jovem, objetivando estimular a concorrência entre eles e, sobretudo, mascarar as dificuldades internas, inerentes ao próprio capitalismo, em garantir assalariamento a todos que se lançam à sua busca. No entanto, o frágil caráter conceitual de que se vêm dotadas, não impede que sejam incorporadas às políticas como dotadas de validade científica e, portanto, podendo atuar como referenciais válidos na elaboração das respostas. Cite-se, como exemplos, no léxico produzido e incorporado sem a devida consideração crítica, a popularização do conceito de capital humano, nos anos 1990, no país, robustecida, nos anos 2000, pelo discurso da “empregabilidade”. Mais recentemente, sem abandonar o conjunto construído nos anos anteriores, potencializou-se a atenção,

⁷ Situação do emprego juvenil nos países do G20 é crítica, 03/10/12, <http://www.ufrgs.br/memorial-do-trabalho/noticias/situacao-do-emprego-juvenil-nos-paises>. Acesso em 19/04/2015.

⁸ “As empresas de alto crescimento criaram 56% dos novos empregos gerados entre 2008 e 2011, com um total de 3,2 milhões de assalariados. Ou seja, de cada dez pessoas ocupadas assalariadas adicionais, quase seis estavam nesses locais. São classificadas dessa forma as companhias que tiveram crescimento do pessoal assalariado a uma taxa igual ou maior do que 20% ao ano por três anos. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (23) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A análise considera apenas as empresas com dez funcionários ou mais e os dados são de 2011. “A exclusão das empresas com até nove pessoas assalariadas evita distorções nas taxas de crescimento, pois pequenas variações absolutas no pessoal assalariado podem ocasionar grandes variações relativas”, informou o instituto de pesquisa. Em 2011, havia 34.528 empresas de alto crescimento, que ocupavam 5 milhões de pessoas. Elas representavam 0,8% do número total e 7,7% entre aquelas com dez ou mais pessoas assalariadas. Dos 3,2 milhões de funcionários a mais entre 2008 e 2011, quatro atividades foram responsáveis por 74% das pessoas: a indústria de transformação (23,2%), a construção (18%), as atividades administrativas e serviços complementares (17%) e o comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (16%). **Menos de 1% das empresas criaram 56% dos empregos de 2008 a 2011 no país, MARIANA SALLOWICZ, 23/08/2013, <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/08/1330677-menos-de-1-das-empresas-do-pais-criaram-56-dos-empregos-de-2008-a-2011-no-pais.shtml>.**



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

inclusive em textos oficiais do governo brasileiro no tratamento do emprego e desemprego, do conceito de “trabalho decente”.

Entretanto, um olhar atento sobre cada uma destas palavras, que pretendem ter o estatuto de conceito científico e vida própria, revela que o intento primordial é o de mascarar as condições concretas da materialidade social na qual são produzidas pelos ideólogos, inclusive os identificados com a OIT, e, mais ainda, são sustentadas, pelo crescente uso em diversos textos governamentais e acadêmicos.

Na linha sucessória dos conceitos que progressivamente são construídos para lidar com a discussão do emprego-desemprego na sociedade capitalista, observa-se uma tendência à sofisticação. No caso da empregabilidade, por exemplo, é nítida a compreensão proposta de que somente os mais aptos sobreviverão e terão uma oportunidade, ainda que temporária, no mercado de trabalho. Por outras palavras, o mercado é seletivo, não há emprego para todos os que o desejam. Portanto, que o mais forte do ponto de vista de suas capacitações, habilidades, desempenho, iniciativa e capacidade de adaptação, sobreviva.

A formulação da empregabilidade mistifica o realmente existente, isto é, o fato de que nunca houve e, menos ainda, haverá, no capitalismo, emprego para todo o exército industrial de reserva. Mas não procura esconder o fato de que no capitalismo contemporâneo, não há emprego para todos, como se, em algum momento, dos períodos anteriores, isto tivesse sido possível e não construção ideológica que se escondia por debaixo do conceito de pleno emprego.

Como tudo que ocorre nas relações sociais, a empregabilidade traz a marca do seu tempo. Produzida, enquanto conceito, no campo do liberalismo, ela é desdobramento de uma outra teoria, a do capital humano, nascida no bojo da Aliança para o Progresso, fomentada por John F. Kennedy nos anos 1960. Basicamente, a teoria do capital humano vai trabalhar com a idéia de que há uma correlação direta entre educação e crescimento econômico. O homem é visto como uma força produtiva e também como um capital. Consequentemente, quanto mais educada é a força de trabalho, mais o capital pode contar com um dos elementos necessários ao seu desenvolvimento. Em sentido contrário, quanto menos a mão-de-obra for qualificada mais o capital humano vai ser escasso.

Mais sofisticada, ainda que não menos mistificadora das relações sociais reais, é a incorporação do conceito de trabalho decente, promovido pela OIT e incorporado no discurso oficial como elemento norteador de construção de uma resposta ao desemprego juvenil no Brasil e às orientações que deve seguir a política pública voltada para este estrato da força de trabalho brasileira. Observe-se, neste sentido, que a defesa do trabalho decente foi incorporada como política de governo, tendo mesmo sido criada a Agência Nacional de Trabalho Decente (ANTD). A importância do novo conceito, forjado pela OIT, é evidente na apresentação do problema no portal da ANTD:

O Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Em inúmeras publicações, o Trabalho Decente é definido como o trabalho produtivo adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna⁹.

Reforçando o quando o conceito de trabalho decente passaria a integrar a construção da política pública para o emprego das jovens gerações, substancialmente, apresenta-se a declaração oficial de que “No Brasil, a promoção do Trabalho Decente passou a ser um compromisso assumido entre o Governo Brasileiro e a OIT, a partir de junho de 2003”, isto é,

⁹ Portal do Ministério do Trabalho e Emprego. Site: <http://portal.mte.gov.br/antdd/>. Acesso em 10 de julho de 2015.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

vira política a ser desenvolvida pelo aparelho de Estado. E, em sua formatação como parte do leque das políticas públicas, ostenta uma meta ambiciosa, isto é, aparecer como uma espécie de elixir para diversos problemas estruturais e, portanto, carentes de resposta, na sociedade brasileira. Assim:

O Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente foi construído por meio do diálogo e cooperação entre diferentes órgãos do governo federal e envolveu um amplo processo de consulta tripartite. Ele representa uma referência fundamental para a continuidade do debate sobre os desafios de fazer avançar as políticas públicas de emprego e proteção social. O seu objetivo é o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para avançar no enfrentamento dos principais problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho, entre os quais se destacam: a pobreza e a desigualdade social; o desemprego e a informalidade; a extensão da cobertura da proteção social; a parcela de trabalhadoras e trabalhadores sujeitos a baixos níveis de rendimentos e produtividade; os elevados índices de rotatividade no emprego; as desigualdades de gênero e raça/etnia; as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural¹⁰.

Embora não restrito à juventude, é um fato que ela se apresenta, enquanto força de trabalho produtiva possível, como alvo de particular interesse. Sobretudo diante do reconhecimento de que “uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho”. E, quando isto ocorre, com frequência “essa inserção é marcada pela precariedade, o que torna difícil a construção de trajetórias de trabalho decente”¹¹. Agrava a situação fato já reconhecido no início deste artigo, isto é, o que em “em termos relativos os jovens apresentam taxas de desocupação e informalidade superiores, e níveis de rendimento inferiores à média da população trabalhadora”. Além disso,

a heterogeneidade e as desigualdades que marcam a sociedade brasileira também se manifestam na situação dos jovens, principalmente quando se considera o acesso a direitos, bens e serviços, que ampliam ou restringem as possibilidades de acesso a um trabalho decente. Existem, na verdade, juventudes diversas, imersas em distintos cenários. As mulheres jovens, os jovens negros de ambos os sexos, assim como os jovens das áreas metropolitanas de baixa renda, ou de determinadas zonas rurais são afetados de forma mais severa pela exclusão social, pela falta de oportunidades e pelo déficit de emprego de qualidade. A exclusão social, a precária inserção no mercado de trabalho e a falta de uma educação de qualidade e do acesso a um trabalho decente não apenas impedem o pleno exercício dos direitos de cidadania de um grande contingente de jovens brasileiros, como também comprometem sua vida futura. Além disso, constituem um desperdício da potencial contribuição dos jovens ao desenvolvimento do País. Diante desse contexto, é fundamental fortalecer as políticas voltadas à juventude, contemplando tanto as diferentes dimensões da condição juvenil quanto a heterogeneidade que a constitui.¹²

O reconhecimento da profundidade do problema envolvendo os jovens no Brasil se evidencia na própria concepção ampliada de juventude que norteia a construção da política pública para estes contingente etário. Desse modo, a faixa etária considerada pela OIT para definir juventude compreende dos 16 aos 24 anos. Entretanto,

diante do prolongamento da experiência juvenil na vida das pessoas, o governo brasileiro tem adotado uma faixa etária mais abrangente: dos 15 aos 29 anos. Nesse

¹⁰ Id. Ibidem. Acesso em 16 de julho de 2015.

¹¹ Costanzi, Rogério Nagamine, Relatório Trabalho Decente e Juventude Brasil, OIT, 2009.

¹² Id. Ibidem.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

caso, podem ser considerados jovens os adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), os jovens-jovens (entre 18 e 24 anos) e os jovens-adultos (entre 25 e 29 anos). Esse é um recorte importante, uma vez que, com essa definição, o governo está decidindo a quem serão destinados os recursos, e sob a forma de que modalidades de serviços, programas e projetos¹³.

Os dados apresentados pelo Relatório, em suas mais de cento e cinquenta páginas, são alarmantes. Porém, ao evocar como referencial para a superação de problemas estruturais da sociedade brasileira uma conceituação cuja dimensão é meramente mistificadora do que representa o trabalho assalariado na sociedade capitalista nacional o documento une-se ao grande arcabouço fetichizador já citado da empregabilidade e do capital decente. Mais ainda, ao buscar ligar educação e mundo do trabalho, apontando para fornecer uma educação que qualifique as jovens gerações, na prática, o que a proposta realiza é a recondução da discussão para os princípios da força de trabalho como capital humano e nada mais. Certamente que há o esforço, no conjunto do documento, em apontar a iniciativa como uma decisão humanizadora do trabalho, de modo a conduzir, inclusive, as jovens gerações, a transformarem-se em empregáveis às novas necessidades econômicas da vida social. Entretanto, além de mistificar o caráter real do sentido do trabalho assalariado e sua manifestação necessária como expressão de uma relação social de exploração, o que esvazia, em essência, qualquer possibilidade de decência do trabalho, que fica reduzido, assim, a uma consideração basicamente de ordem moral, isto é, o que é aceitável ou não no interior da sociedade quando se fala em exploração, o debate proposto como norteador da construção de uma política pública para a juventude no âmbito do combate à “vulnerabilidade”, nada mais faz do que enriquecer o leque das expressões que têm obscurecido as causas reais da miséria social brasileira. Reforça, ao mesmo tempo, o cabedal ideológico do capital, como o qual a OIT, de resto, não apresenta-se em rota de colisão dado as suas próprias bases constitutivas no início do século XX. Contudo, desta vez, a expressão não mais se volta ao esforço individual para a consecução de um emprego, e sim a uma falsa compreensão de que é possível a inclusão efetiva do conjunto da juventude, livrando-a do flagelo que tem sido vivenciado pelos jovens em outros países, nos quais tornou-se comum denominação “milleurista”, para definir as novas gerações com seus empregos precários juridicamente, mal pagos, de alta rotatividade e debilmente protegidos pelos poderes públicos.

A problematização a respeito do trabalho decente se torna tanto mais necessária uma vez que a discussão percorre até mesmo o site do Conselho Federal de Serviço Social em sua página de notícias. Assim, é impossível encontrar no referido site o release e a reprodução da mensagem do então presidente da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS), Gary Bailey, por ocasião do Dia Mundial do Serviço Social, em 2012. Afirmando que “assistentes sociais de todo o mundo são pautados pelos princípios da justiça social e direitos humanos” o site incorpora, sem nenhuma crítica a fala de Bailey no qual este propõe o engajamento dos Assistentes Sociais dos diversos países na luta, entre outras causas, por aquela envolvendo o trabalho decente. Diz o texto do site:

Ainda no vídeo, Baylei destaca que (...) atividades em todo mundo devem ser realizadas para a ‘promoção do/a assistente social’.(...) será entregue à ONU o documento ‘Agenda Global de serviço Social e Desenvolvimento Social – compromissos para a ação’, elaborado pela FITS em conjunto com a Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS) e Conselho Internacional de Bem Estar Social (ICSW). Um de seus compromissos é a promoção da igualdade social e

¹³ Relatório Trabalho Decente e Juventude. Agenda hemisférica 2006-2015. 34 milhões de jovens com empregos produtivos e trabalho decente constroem o progresso. OIT, Impresso no Peru, 2009. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/document/publication/wcms_230674.pdf, p. 159;



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

econômica, central para o enfrentamento das expressões particulares da 'questão social' no capitalismo contemporâneo e para o projeto ético-político profissional dos/as assistentes sociais brasileiros/as. 'Nosso foco principal é nos prepararmos para o pós-2015 da agenda de desenvolvimento, que inclui, por exemplo, a iniciativa piso de proteção social, **trabalho decente** e normas internacional do trabalho'" (negritos do autor).¹⁴

Assim, verifica-se que, aparentemente desprovida de problemas, a expressão trabalho decente, que encobre as reais relações sociais de exploração no capitalismo e sua intensificação é incorporada ao campo discursivo dos objetivos possíveis colocados aos Assistentes Sociais brasileiros visando a "promoção da igualdade social e econômica", como se isto fosse possível dentro mesmo das relações de assalariamento que marcam a presente forma de sociabilidade.

3 CONCLUSÃO

Observa-se, pelo exposto sucintamente no artigo, que há um contínuo esforço no terreno ideológico proposto pela forma de sociabilidade capitalista no sentido de se construir um campo conceitual voltado a apresentar o trabalho assalariado de forma humanizada, retirando suas reais determinações do campo das relações reais que o estruturam. Como se coloca cada vez mais a impossibilidade para que o pensamento burguês desvende a realidade tal como ela é, procedimento que, caso adotado, contribuiria para deslegitimar os próprios mecanismos de dominação social que se pretende manter, torna-se necessário, sob a perspectiva do capital, aprimorar e enriquecer o campo conceitual que mistifique o caráter das relações sociais de exploração que mantém de pé a acumulação. Vimos, ainda que brevemente, que este pretendido campo conceitual se sofisticou de modo a eliminar até mesmo o caráter efetivo do trabalho assalariado, o que tem sido feito com grande expressividade no momento atual pela expressão "trabalho decente", como a indicar que, sob o controle do capital, a atividade vital pode ser humanizada, conduzindo à satisfação do gênero em patamares verdadeiros humanos. Momento mistificador que cumpre sua funcionalidade, uma vez que tem estabelecido, também, um referencial fetichizado para a realização do debate dentro dos organismos oficiais mas, também, no espaço de reflexão do Serviço Social referendado, inclusive, por uma instância referencial aos profissionais da área.

BIBLIOGRAFIA

CHESNAIS, François, **La Mondialisation du Capital**, Paris, Syros, 1995.

MANDEL, Ernest, **O Capitalismo Tardio**, S.P., Nova Cultural, 1998.

MÉSZÁROS, István, **Para Além do Capital**, S.P., Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, 2002.

NAGAMINE, Costanzi, Rogério, **Relatório Trabalho Decente e Juventude Brasil**, OIT, 2009.

NETTO, José Paulo, **Capitalismo monopolista e Serviço Social**, S.P., Cortez Editora, 2002.

SALLOWICZ, Mariana, **Menos de 1% das empresas criaram 56% dos empregos de 2008 a 2011 no país**.

¹⁴ - CFESS, Dia Mundial de Serviço Social, 20 de março de 2012. In: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/758>, acesso em 20 de julho de 2015.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

CFESS, Dia Mundial de Serviço Social, 20 de março de 2012. In: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/758>, acesso em 20 de julho de 2015.

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/08/1330677-menos-de-1-das-empresas-do-pais-criaram-56-dos-empregos-de-2008-a-2011-no-pais.shtml>.

<http://www.onu.org.br/734-milhoes-de-jovens-desempregados-aponta-relatorio-da-oit/>. Acesso em 16 de julho de 2015.

<http://www.onu.org.br/734-milhoes-de-jovens-desempregados-aponta-relatorio-da-oit/>

Portal do Ministério do Trabalho e Emprego. Site: : <http://portal.mte.gov.br/antd/>. Acesso em 10 de julho de 2015.

Relatório Trabalho Decente e Juventude. Agenda hemisférica 2006-2015. 34 milhões de jovens com empregos produtivos e trabalho decente constroem o progresso. OIT, Impresso no Peru, 2009. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_230674.pdf, p. 159

Situação do emprego juvenil nos países do G20 é crítica, 03/10/12, [http://www.ufrgs.br/memorial do trabalho/noticias/situacao-do-emprego-juvenil-nos-paises](http://www.ufrgs.br/memorial%20do%20trabalho/noticias/situacao-do-emprego-juvenil-nos-paises). Acesso em 19/04/2015.